

# Pesquisa em Debate

**RELIGIÃO E SOCIEDADE NO BRASIL: O COLÉGIO PASSIONISTA SÃO PAULO DA CRUZ**

**RELIGION AND SOCIETY IN BRAZIL: THE PASSIONIST COLLEGE SÃO PAULO DA CRUZ**

**Cleomir Fatima De Brito**

Mestranda em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos

**Alzira Lobo De Arruda Campos**

Livre Docente pela Unesp e professora da Universidade São Marcos

**Resumo**

A partir de documentos laicos e religiosos, analisa-se a influência da religião católica sobre a sociedade brasileira, tendo como exemplo o Colégio Passionista São Paulo da Cruz, a primeira escola católica da região norte, do município de São Paulo. A análise compreende depoimentos de pais que matricularam seus filhos no referido colégio, no sentido de terem escolhido a escola citada por dois motivos principais: educação baseada nos valores humanos, cristãos, planetários e passionistas, além da excelência na qualidade e compromisso com os educandos e seus familiares.

**Palavras-chave:** educação católica; Igreja Católica; cidadania; sociedade brasileira; valores e direitos.

**Abstract**

From secular and religious documents, analyzes the influence of the Catholic religion on Brazilian society, taking the example of the Passionist College São Paulo da Cruz, the first Catholic school in the northern region of municipality of São Paulo. The analysis includes testimonials from parents who enrolled their children in that school, to have chosen the school cited for two main reasons: education based on human values, Christians, planetary and passionate, and excellence in quality and commitment to the students and their families.

**Key words:** Catholic education; Catholic Church; citizenship; Brazilian society; values and rights.

Este artigo trata de investigar como a Igreja Católica no Brasil, por meio de suas instituições de ensino, realizou a promoção social e contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico e político das camadas mais carentes da população, com orfanatos, santas casas, escolas internas, e mais recentemente, através de contra turnos escolares, escolas profissionalizantes, bolsas de estudos para alunos carentes, como também para a formação e preparação profissional da elite.

Para situar-se neste contexto educacional, seleciona-se o Colégio Passionista São Paulo da Cruz, procurando verificar como o projeto pedagógico apresenta atratividade perante a população local, na zona norte do município de São Paulo, e funciona como uma caixa de ressonância às circunstâncias de vida dessa população e de suas aspirações espirituais e humanas, embora se viva em uma sociedade laica, com valores neoliberais e do mundo globalizado, que muitas vezes contrastam com os valores apresentados pela escola e a Igreja Católica.

Além deste objetivo principal, e tendo presentes esses contextos, o trabalho contempla outros objetivos: analisar a presença, influência e importância da escola católica para a educação brasileira; refletir sobre as consequências, para o país e cada indivíduo, de uma educação de qualidade; ponderar sobre os direitos básicos a que todos, pela lei, devem ter acesso, e analisar a situação atual das escolas católicas no Brasil e os motivos pelos quais os pais matriculam seus filhos em um colégio católico, numa sociedade laica.

Compõe o quadro teórico-conceitual a reflexão de Paulo Freire contida em três de suas obras: *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia do oprimido e Educação e mudança*, que tratam de valores humanos e sociais, no sentido de se conseguir uma sociedade mais justa e humana para todos. Paulo Freyre integra-se a numerosos autores, que destacam o papel perverso da globalização nos destinos pessoais e coletivos da humanidade.

No final do século XX e no início do século XXI a humanidade está passando por profundas mudanças e transformações, em função do modelo neoliberal e globalizado que se instalou. Segundo Milton Santos, esta mudança “impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 4ª ed., Record: Rio de Janeiro, 2000, p. 37.

Este novo sistema de relações, baseado no dinheiro e na informação, altera a forma de agir das pessoas e das empresas, cuja base é a competitividade e o totalitarismo, influenciando as relações interpessoais e agravando os problemas sociais existentes em função do egoísmo e do individualismo:

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma iniciação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social.<sup>2</sup>

Com o capitalismo e a globalização pensava-se que haveria maior unificação do planeta, sob o aspecto econômico. Porém, com o domínio da informação e do dinheiro por parte de alguns países, e da dificuldade de acesso a estes por parte de outros, criou-se uma perversidade sistêmica:

Seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade. A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente. Ela atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes, sem exceção. Quando os progressos da medicina e da informação deviam autorizar uma redução substancial dos problemas de saúde, sabemos que 14 milhões de pessoas morrem todos os dias, antes do quinto ano de vida.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 58-59.

Além da fome, a globalização e o neoliberalismo provocaram outras situações de não vida para a humanidade:

Dois milhões de pessoas sobrevivem sem água potável. Nunca na história houve um tão grande número de deslocados e refugiados. O fenômeno dos sem-teto, curiosamente na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo. O desemprego é algo tornado comum. Ao mesmo tempo, ficou mais difícil do que antes atribuir educação de qualidade e, mesmo, acabar com o analfabetismo. A pobreza também aumenta. No fim do século XX havia mais 600 milhões de pobres do que em 1960; e 1,4 milhões de pessoas ganham menos de um dólar por dia.<sup>4</sup>

Essas perversidades do homem para com o próprio homem são em decorrência da falta de solidariedade entre os povos: “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si, e como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.”<sup>5</sup>

Pode-se afirmar que este período tem como base a junção entre a ciência e a técnica. Porém, estas são utilizadas em função das necessidades do mercado e não em função do homem. Por isso são seletivas e não revertidas para proporcionar melhor qualidade de vida e igualdade entre os países e as sociedades.

O modelo vigente dá prioridade à importação e exportação, para abastecer o mercado global, tendo como consequência o aumento das desigualdades sociais entre os países ricos e pobres.

A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global. Isso, todavia, tem traduzido como consequência para todos os países uma baixa de qualidade de vida para a maioria da

---

<sup>4</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 65.

população e a ampliação do número de pobres em todos os continentes, pois, com a globalização atual, deixaram-se de lado políticas sociais que amparavam, em passado recente, os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalizada. Mas, se a preocupação central é o homem, tal modelo não terá mais razão de ser.<sup>6</sup>

Neste contexto, quem mais sofre são os países subdesenvolvidos, que nos últimos cinquenta anos conheceram e vivenciaram três definições diferentes de pobreza:

A primeira seria o que ousadamente chamaremos de pobreza incluída, uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes.

Depois chega uma outra, reconhecida e estudada como uma doença da civilização. Então chamada de marginalidade, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos.

E agora chegamos ao terceiro tipo, a pobreza estrutural, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte no mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres. Mas é também uma produção científica, portanto voluntária da dívida social, para a qual, na maior parte do planeta, não se buscam remédios.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> *Idem*, pp. 148-149.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 69.

Esta seletividade é sentida na produção e na absorção dos bens e serviços, gerando concentração de renda ou marginalização.

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços.<sup>8</sup>

No início do século XXI já se acena para um novo panorama mundial em que não mais o dinheiro e a técnica sejam o centro, mas o homem: “Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem. Sem dúvida, essa desejada mudança apenas ocorrerá no fim do processo, durante o qual reajustamentos sucessivos se imporão.”<sup>9</sup>

Colocar o homem no centro mudaria as relações sociais e do Estado, e seria criada uma nova ética baseada na defesa e preservação da vida, e não no lucro e no poder:

A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações. Dessa forma, estarão assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade e vice-versa e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico. O ponto de

---

<sup>8</sup> *Idem*, p. 302.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 147.

partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos.<sup>10</sup>

Este novo modelo deveria garantir a realização das necessidades básicas e essenciais a uma vida digna para todos, em que a competitividade e o consumo exagerados fossem substituídos pela igualdade e solidariedade entre todos.

Para que esse cenário seja modificado, é essencial a participação efetiva dos povos e países que se sentem e são considerados inferiores e, portanto são os mais prejudicados. Eles precisam sentir a necessidade da mudança e exigir que isso se concretize. Estas populações já estão dando sinais de que estão insatisfeitas e começam a provocar mudanças, exigindo, em pequenas alternativas, dos países que no momento são potências centrais, estas mudanças:

As potências centrais (Estados Unidos, Europa e Japão), apesar das divergências pela competição quanto ao mercado global, têm interesses comuns que as incitarão a buscar adaptar suas regras de convivência à pretensão de manter a hegemonia. Como, todavia, a globalização atual é um período de crise permanente, a renovação do papel hegemônico da tríade levará a maiores sacrifícios para o resto da comunidade das nações, incentivando, assim nestas, a busca de outras soluções.<sup>11</sup>

Os países mais atingidos, e que aos poucos têm buscado e exigido mudanças, estão nos continentes asiático, africano e latino-americano, onde em muitos países ainda nem chegou o modelo da globalização vigente. Esta mudança deve vir de baixo para cima e não de cima para baixo, como está sendo e deve atingir todas as dimensões: cultural, econômica e política, pois somente desta forma serão democráticas e estarão a serviço do homem. Assim será reconstruído um novo mundo, baseado na solidariedade coletiva e ajuda mútua entre os povos, pois tem-se a consciência de que este modelo vigente globalizado e neoliberal que mata a vida não é irreversível. Para isso tem que

---

<sup>10</sup> *Idem*, pp. 147-148.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 153.



haver unidade e busca de soluções comuns por parte de todos que se sentem à margem, geralmente por uma situação geopolítica, da qual não são culpados:

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana.<sup>12</sup>

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação acontece em diversos lugares e circunstâncias, não somente na escola, mas também na família e na sociedade, e por isto deve estar vinculada à vida do indivíduo; e acentua também que oferecê-la à população é responsabilidade da família e do Estado, e que deve estar ao alcance de todos, gratuitamente, com a finalidade de promover a liberdade, a solidariedade e o pleno desenvolvimento do educando. Prevê também que o ensino religioso deve ser oferecido nas escolas públicas, porém sem custo para o Estado, em caráter confessional ou interconfessional.

Na atual Constituição brasileira, a educação é considerada um direito social de todos e dever do Estado, e deve ser realizada em parceria com outras instituições para promover o pleno desenvolvimento da pessoa, sua qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania. Deve basear-se nos princípios da igualdade e liberdade. A Constituição prevê ainda que a educação pode ser realizada pela iniciativa privada, desde que cumpra as exigências legais e que o ensino religioso deve constar no quadro de disciplinas das escolas oficiais, mas é matrícula facultativa para o aluno.

Os documentos oficiais da Igreja Católica falam sobre a educação, especialmente a escola e a educação católica, destacando-se aqueles elaborados pelo Concílio Vaticano II, pela Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

---

<sup>12</sup> *Idem*, p. 174.

O Concílio Vaticano II destaca a declaração *Gravissimum Educationis*, que descreve os objetivos da educação de crianças e jovens: ajudar no desenvolvimento harmônico de todas as qualidades, assumindo a responsabilidade de sua própria vida e preparando-se para a vida social, cooperando para o bem comum. Lembra que o dever de educar é em primeiro lugar da família, com a ajuda da sociedade. Neste contexto, é fundamental o papel da escola, por transmitir o patrimônio intelectual às novas gerações e à escola católica de um modo especial, por ser a presença da Igreja no mundo.

Das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano vale destacar o documento de Medellín sobre a educação, que diz que a escola católica deverá ser uma verdadeira comunidade, deve estar integrada à comunidade local, ser dinâmica e aberta ao diálogo, e propõe, a partir da realidade latino-americana, a educação libertadora, para que cada um, através dela, se torne sujeito do seu desenvolvimento e antecipe uma nova sociedade.

Na Conferência do México, em Puebla, foi reafirmado que educar é parte integrante da missão da Igreja e que ela deve contribuir para a conversão total do homem, tanto no nível individual como no social.

A Conferência de Santo Domingo diz que a educação cristã é a inculturação do Evangelho em cada cultura, que traz em si os valores a serem confrontados com os valores de Cristo. Defende a importância do ensino religioso para a formação do indivíduo, e que a escola católica deve ser transformada em uma comunidade que possibilite a formação democrática das pessoas.

A Conferência de Aparecida analisa a situação da educação no continente e diz que a educação deve adaptar-se às mudanças globais. Além disso, cabe à escola trabalhar com a questão ética e religiosa da cultura; que deve estar centrada na pessoa e seja capaz de promover a integração entre fé e vida. Reforça também que a meta da escola católica é conduzir as crianças e jovens ao encontro de Cristo.

Essas conferências, a partir da situação de exploração, injustiças e desigualdade social em que vive o continente, propuseram a Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres, e vêem na educação o caminho para o desenvolvimento e a libertação, priorizando a educação popular e os valores humanos e cristãos.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil atribuiu à educação um papel muito importante na sociedade brasileira, publicando inúmeras reflexões. Tem

consciência que a sociedade passa por profundas mudanças e que a educação deve acompanhá-las. Em todos os textos enfatiza que a escola católica é um espaço privilegiado de vivência dos valores humanos, cristãos e planetários, que a formação oferecida deve ser integral, abrangendo todos os aspectos da vida, além de preparar o aluno para ser uma presença efetiva como cidadão, colaborando efetivamente na construção de uma sociedade melhor.

Na verdade, é papel da Igreja cobrar do Estado a responsabilidade de oferecer a toda a população uma educação de qualidade e oferecer subsídios à sociedade, através da Pastoral da Educação (formada pela Associação das Escolas Católicas, Associação de Escolas Superiores Católicas, Movimento de Educação de Base e Associação das Mantenedoras das Escolas Católicas).

Essas posições encontram-se na vida e na obra de Maria Madalena Frescobaldi Caponi, marquesa italiana, fundadora das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz, uma congregação religiosa que se dedica à missão educativa, atuando no Brasil desde 1919. Esta congregação foi fundada em 1815, em Florença, na Itália.

Maria Madalena iniciou sua obra educativa com prostitutas na região da Toscana, no período pós-invasão napoleônica, por acreditar na construção e reconstrução da pessoa. Utilizava como bases de seu projeto de recuperação a firmeza e a bondade, o diálogo e a misericórdia.

A congregação continua ainda hoje o ideal educativo iniciado por sua fundadora, estando presente em 26 países em todos os continentes, e no Brasil, em 11 Estados e 27 cidades, com 241 irmãs atuando nos diversos campos de ação pastoral, em unidade com a Igreja Católica no Brasil: Educação Formal, Projetos Sociais, Saúde, Evangelização e Movimentos Pastorais, levando mais vida, a exemplo de Cristo e de Madalena, a todos os destinatários dessa missão. Esta reflexão analisa a missão educativa das irmãs passionistas no Brasil, por meio da escola Colégio Passionista São Paulo da Cruz.

Essa escola, fundado em 1934, com 64 alunos (atualmente com 1.190 alunos) continua a ser administrado pelas irmãs passionistas, cuja missão é “*educar para a vida, no amor e pelo amor*”, através da Pedagogia do Encontro, da bondade, firmeza e competência.

Nessa escola foi realizada uma pesquisa com os pais que nela matricularam seus filhos em 2007, nas variadas séries ou anos, com a pergunta: “O que levou você e sua

família a escolherem o Colégio Passionista São Paulo da Cruz como a escola para seu filho (a)?" Solicitaram-se que fossem mencionadas todas as razões que os levaram à escolha educacional para os seus filhos. A questão foi respondida também por famílias que têm crenças religiosas diferentes da católica. A pesquisa apontou que as razões principais foram: a educação voltada para os valores, que envolvem todas as dimensões do ser humano: na relação consigo mesmo, com o outro, com o mundo que o cerca e com Deus; a competência profissional; o compromisso e a qualidade oferecidos, pondo no centro do processo educativo o educando e sua família, além do compromisso social.

Ao longo da história educacional brasileira, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental, assumindo a educação como um espaço privilegiado para a evangelização de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, dominando este campo até a expulsão dos jesuítas do País, em 1759, quando teve início outro período na história da educação brasileira. Assim, a religião católica esteve presente desde a chegada dos portugueses ao Brasil, por meio da celebração celebrou a primeira missa em terras brasileiras, no dia 26 de abril de 1500.

Em 1549 chegaram ao Brasil os padres jesuítas, que mantiveram o monopólio da educação católica até 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou do país, causando vários problemas para a educação brasileira e gerando um grande retrocesso, uma vez que as escolas estavam em suas mãos e o Estado não estava preparado para assumir todo o processo educativo. Nesse período, eles agiram diretamente na educação e evangelização tanto dos nativos como dos portugueses, mas puderam regressar ao Brasil em 1842.

Pela influência dos jesuítas (até 1759) e do clero secular, a sociedade brasileira foi pautada nos valores católicos até 1889, quando se deu o fim do Regime de Padroado e a religião católica deixou de ser a religião oficial. Com a Proclamação da República, a relação entre o Estado e a Igreja Católica foi profundamente abalada, porquanto a Constituição de 1891 garantiu liberdade de culto e o direito de existir para todas as religiões, e não apenas para a religião católica.

Este fato gerou também uma profunda crise em relação ao governo, que se aprofundou com a Proclamação da República, em 1889, quando a religião católica deixou de ser a religião oficial do Estado (apesar de a maioria da população ser católica), e o ensino nos estabelecimentos oficiais passou a ser laico, gerando, por um

lado, a autonomia da Igreja em relação ao Estado, e por outro a perda do apoio administrativo e financeiro, visto que até essa época o Poder Público arcava com os salários e a manutenção dos vigários e bispos, além das obras coordenadas pela Igreja, uma vez que, durante todos esses séculos, a Igreja sempre esteve ao lado do poder, recebendo em troca esse apoio.

Outro forte momento de crise entre a Igreja Católica e o governo se deu durante o regime militar, quando não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, alguns setores da Igreja foram duramente perseguidos e censurados, entre os anos de 1960 e 1970 (os que se posicionaram contra o Estado), por não compactuarem com as atitudes ditadas pelo regime, embora inicialmente a Igreja Católica tivesse apoiado esse regime.

Porém, com a implantação progressiva da ditadura, a Igreja passou, pouco a pouco, a fazer oposição ao Estado, tendo como conseqüência a prisão e tortura de muitos religiosos, bispos e leigos, acusados de estar ligados a grupos de guerrilheiros ou por não compactuarem com as atitudes propostas pelo regime militar, e distanciando-se do poder começaram a denunciar as atitudes de não-vida impostas pelo Estado à população. A Igreja desempenhou o seu papel de evangelizadora e defensora da vida, assumindo as conseqüências dessas denúncias: seqüestros, torturas e mortes de milhares de cristãos. Todavia, outros setores da Igreja mantiveram-se do lado do Estado, não sofrendo essas conseqüências, mantendo-se indiferentes à situação social.

Nessa época, exerceram forte influência sobre a Igreja Católica do Brasil a Teologia da Libertação e as CEBs, motivadas pela Conferência de Medellín (1968) e Puebla (1970) até o ano de 1972, quando a Igreja de Roma começou a limitar a atuação dos teólogos da Libertação e das CEBs. Paralelamente, continuou também a atuação dos Movimentos Tradicionais dentro da Igreja.

Quanto ao ensino religioso católico, no Período Imperial era obrigatório, uma vez que a religião católica era a religião oficial do Estado. Com a separação entre a Igreja e o Estado, que se deu com a Proclamação da República – em 1889, o ensino passou a ser laico nas escolas públicas, de acordo com a Constituição de 1891, negando aos alunos da escola pública qualquer orientação religiosa. O ensino religioso foi reintroduzido na educação brasileira oficial a partir da Constituição de 1934, porém de caráter facultativo e multiconfessional, o que persiste até a atual Constituição Brasileira (de 1988), ou seja, é obrigatório que o ensino religioso conste entre as disciplinas das

escolas públicas, mas o aluno é livre para freqüentar ou não as aulas. Além disso, o Estado não assume o pagamento deste educador, ficando a cargo da confissão religiosa a que ele pertence.

Desta maneira, como o ensino continua sendo laico nos estabelecimentos oficiais de ensino, e a relação entre a Igreja Católica e o Estado (normalmente) é de respeito e liberdade; aos poucos a educação confessional católica foi sendo assumida por congregações religiosas, provindas, sobretudo, da Europa para atender às classes média e alta, e também à classe empobrecida, fundando várias escolas nas diversas regiões do País, tendo como opção as famílias que o desejarem e tiverem condições financeiras de matricular seus filhos no ensino confessional católico, oferecido em escolas privadas, em sua maioria administradas por estas famílias religiosas femininas que chegaram ao Brasil após a Proclamação da República para este fim, e também por leigos, abrindo escolas inclusive nos lugares mais pobres e distantes do País.

Se por um lado a atuação da Igreja Católica ficou mais limitada a partir do momento em que cessou o Regime de Padroado, por outro lado promoveu a abertura de escolas católicas em locais onde não existiam escolas públicas e promoveu a vinda de congregações religiosas para assumir a missão educativa no País desde 1890.

As escolas católicas tiveram uma grande expansão por praticamente um século – de 1890 a 1990, quando, em função de vários fatores, especialmente pelo aumento da concorrência e redução da natalidade da população, além de ineficiência na gestão, começou a sua decadência, provocando o fechamento de muitas instituições ou repasse para que outras instituições laicas as administrassem, dificuldades que persistem, em sua maioria, até os dias de hoje.

Na atualidade, a escola católica continua tendo uma importância fundamental, sobretudo no que diz respeito à excelência na educação e atendimento a todas as classes sociais e raças, priorizando as camadas mais pobres e abandonadas pelo poder público, e o despertar da consciência crítica e da solidariedade nas classes mais favorecidas.

De acordo com pais de alunos, o Colégio Passionista São Paulo da Cruz está respondendo às exigências atuais, seja dos apelos da Igreja Católica, seja do projeto iniciado pela fundadora das Irmãs Passionistas – Maria Madalena Frescobaldi, indo ao encontro de todas as raças, religiões, culturas, e com ela, superar os contravalores que provocam situações de menos vida ou não-vida em seus semelhantes.

Outra característica da escola católica deve ser o exercício da cidadania, que segundo Nilson José Machado, “significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo,”<sup>13</sup> onde ele se coloca como membro integrante da sociedade a que pertence, com seus direitos e deveres reconhecidos e garantidos, além de lutar para que esta sociedade seja cada vez mais justa e igual para todos.

A escola católica deve reforçar ainda outros valores, como o cuidado com o planeta, para que todos possam ser beneficiados pelos bens renováveis e irrenováveis, e também o conhecimento, o aprofundamento e a vivência da fé, sejam na Igreja Católica ou em outra denominação religiosa, para que, à luz deste compromisso religioso, o educando desenvolva a solidariedade, a misericórdia, a justiça, a partilha, ou melhor, a escola deve preocupar-se em formar o educando em todas as suas dimensões, e as aulas de ensino religioso, além de outros espaços, devem ser aproveitadas para vivenciar estes valores através de atitudes concretas, em relação a si mesmo, aos outros, ao planeta e a Deus, como seu criador.

Na segunda metade do século XIX, as congregações femininas iniciaram sua atividade educativa nesse período: em 1845, as Filhas da Caridade fundaram o Colégio da Providência, em Mariana, MG, e depois de alguns anos fundaram, no Rio de Janeiro, o Colégio da Imaculada Conceição; em 1858 as irmãs de São José de Chambéry fundaram o Colégio do Patrocínio, em Itu, SP, além de outros em Taubaté, SP, e Franca, SP; as Irmãs Dominicanas fundaram, em 1885, em Uberaba, MG, o Colégio Nossa Senhora das Dores, e em 1889, o Colégio Santana, em Goiás; em 1888 as irmãs de Sion fundaram também um colégio no Rio de Janeiro; as irmãs de Santa Dorotéia fundaram escolas, a partir de 1866, no Norte e Nordeste do País; as irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã fundaram, em 1872, em São Leopoldo, RS, o Colégio São José, e em 1874, em Santa Cruz do Sul, RS, a Escola Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Nossa Senhora dos Anjos, e duas obras para crianças pobres em Porto Alegre.

Nessa época, “a educação ministrada pelos colégios era feita em três tipos de estabelecimentos: os internatos, os semi-internatos e os externatos. Por vezes, essas

---

<sup>13</sup> *Idem*, p. 41.

duas ou três formas de regime eram mantidas no mesmo edifício, separadas apenas por alas diferentes da construção.”<sup>14</sup>

Gilberto Freyre se refere a essas instituições:

Aos oito ou nove anos, era a menina de família patriarcal mais opulenta enviada para um intervalo religioso, onde ficava até os treze ou quatorze. Aí sua educação começada em casa, continuava. Aprendia a delicada arte de ser mulher: música, dança, bordado, orações, francês, às vezes inglês, leve lastro de literatura eram os elementos de educação de uma menina num internato escolar.<sup>15</sup>

E mais:

Note-se, dos internatos elegantes para meninas, que várias, na época aqui considerada, foram se tornando casas de ensino mantidas menos por particulares (nacionais e estrangeiros) e por mestres brasileiros, do que religiosas francesas. Tornou-se moda, que se prolongaria por todo o século XIX, a menina de família ilustre receber de religiosas francesas a sua educação que incluía, como era natural que incluísse, o aprendizado da língua de Bossuet.<sup>16</sup>

Desta forma, a educação das mulheres,

(...) durante 322 anos (de 1500 a 1822), período em que o Brasil foi Colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos homens dos indígenas e dos

---

<sup>14</sup> LIMA, Severina Alves de. *Caminhos novos na Educação*. Brasília: FTD, 1995, p. 27.

<sup>15</sup> FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1977, p. 86. In: LIMA, Severina Alves de. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>16</sup> *Idem.*



colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a Universidade de Coimbra ou tornavam-se Padres Jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever.<sup>17</sup>

Américo Jacobina Lacombe analisou a vida católica no início do século XX:

Se por um lado teve aspectos brilhantes, a ponto de alguns diplomatas dizerem que as mulheres cariocas eram mais ilustradas que os maridos (pelo menos conheciam melhor arte e literatura), teve dois pontos que foram alvo de ataques. O primeiro foi uma tendência de elitização da ação católica, deixando de lado as classes populares, defeito que vai ser corrigido em épocas mais recentes. O segundo, foi o que se chamaria hoje alienação da realidade brasileira. O estudo da história do Brasil ficava evidentemente em segundo plano.<sup>18</sup>

Apesar disso,

esse tipo de educação ministrada pelos colégios católicos femininos contribuiu para operar uma mudança significativa no comportamento da mulher brasileira e, conseqüentemente, na própria vida familiar. Em primeiro lugar, o exemplo dado pelas religiosas, como professoras, indicava que se abria um espaço para a presença da mulher na vida social: o magistério. Em segundo lugar, a elevação do nível cultural nas mulheres contribuiu para despertar nelas o espírito crítico, abrindo-lhes assim uma perspectiva maior do mundo, e rompendo

---

<sup>17</sup> LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>18</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no início do século XX. *In: Brasil, 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, pp. 56-57. *In: LIMA, Severina Alves de. Op. cit.*, p. 33.

progressivamente o enclausuramento feminino típico da sociedade rural tradicional.<sup>19</sup>

Em 1922, com a comemoração do centenário da Independência, a Igreja começou a tomar consciência da questão nacional e a partir daí isto teve reflexo inclusive para a escola católica:

A presença mais efetiva da Igreja visava criar uma sociedade que respeitasse os valores tradicionais do cristianismo; para que essa presença fosse eficaz, os bispos desejavam reconquistar uma série de privilégios e regalias típicas do período de Padroado. Para isso, dois pontos tinham vinculação direta com a esfera educativa: o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e o direito à obtenção de subvenções públicas para as instituições católicas com finalidade social.<sup>20</sup>

A partir de 1930, vale destacar a abertura de cursos superiores por parte das congregações religiosas. Os irmãos maristas fundaram a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Porto Alegre; Os padres salesianos inauguraram, em 1931, a Faculdade de Estudos Econômicos, e em 1941, os padres jesuítas fundaram a Escola Superior de Administração de Negócios, em São Paulo. Foi dessa época a criação das universidades católicas, que tiveram início em 1940.

Entre 1930 e 1945, no período do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, várias medidas favoreceram a escola e a Igreja Católica: um decreto de 30 de abril de 1931 devolveu o ensino religioso à escola pública e a Constituição de 1934 tornou o ensino religioso facultativo para a rede pública, além de ajuda financeira às escolas católicas.

Este período foi muito representativo para a Igreja e educação brasileiras, pois surgiram vários grupos de Ação Católica como, por exemplo, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Escola Nova, que mais

---

<sup>19</sup> LIMA, Severina Alves de. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 38.

tarde, no período militar, tiveram grande influência. A Escola Nova, sobretudo por influência de Anísio Teixeira e dos liberais, propunha uma escola laica de boa qualidade, em oposição à escola católica.

Com o golpe de Estado de 1945, Getúlio Vargas foi deposto, havendo um pouco mais de abertura para a Igreja e a escola católica. A Constituição de 1946 manteve os mesmos direitos que a anterior. Foi nesse período que ocorreu a fundação da Associação das Escolas Católicas (AEC) em 1945 e da Associação Brasileira de Ensino Superior Católico (ABESC), em 1952.

De 1844 a 1944, o principal objetivo das escolas católicas era o ensino da doutrina cristã, por orientação de Roma. Como consequência pela formação recebida, todos os alunos deveriam participar dos sacramentos da Igreja, além de uma formação moral rígida, que proibia o contato com o sexo oposto e com seu próprio corpo, com abertura para a educação artística e prática de esportes, além de uma disciplina rígida e rigorosa, de elevado nível cultural como nos padrões europeus, e uma formação espiritual, com ênfase na salvação da alma e para que se tornassem bons cristãos, e educação cívica, chegando a aproximar-se, através de exercícios, conteúdo autoritário e celebrações cívicas, do esquema utilizado pelo regime militar.

Porém, “a derrocada dos regimes autoritários, ao final da Segunda Guerra Mundial, marcou o início de uma nova era, abrindo-se a escola católica para as idéias da Escola Nova e para os novos projetos de uma sociedade liberal e democrática.”<sup>21</sup> E mais: “Em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, a tradicional perspectiva eclesiástica começou a ser abalada. O avanço das idéias democráticas na Europa, com profundas repercussões na política e na sociedade brasileira, obrigaram a Igreja a rever suas posições.”<sup>22</sup>

Até a década de 1960, a escola católica continuou se expandindo, mas os alunos do ensino secundário, com a melhora da qualidade da escola pública neste segmento, começaram a emigrar para o ensino público.

A partir da década de 1970, as novas orientações do Concílio Vaticano II e a opção preferencial pelos pobres trazida por Medellín e Puebla começaram a provocar uma profunda crise na escola católica, o que levou muitas congregações religiosas a fechar suas escolas ou passá-las para outras instituições administrarem. Foi a partir

---

<sup>21</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>22</sup> *Idem*.

dessa época que os leigos passaram a exercer sua missão nessas escolas, as quais começaram a preocupar-se com sua formação, uma vez que, pela redução dos religiosos nesse campo, foi necessário contratar leigos para que as obras não fossem fechadas. Esta nova identidade da escola católica foi reassumida como missão da Igreja a partir de 1988, gerando novamente uma busca pela educação como campo de missão evangelizadora, mesmo que fosse entre a classe dominante.

Até a década de 1970 havia, no Brasil escolas públicas de qualidade. Porém, como o “milagre brasileiro” exigia, dentre outras atitudes, uma escola que acolhesse a todos, mas que não estava preparada, reduziu a qualidade em detrimento da quantidade. Aí começou o espaço da escola particular, incluindo a escola católica, como alternativa para as famílias com condições de pagar por essa qualidade oferecida pela rede particular de ensino, uma vez que a rede pública normalmente não oferecia essa qualidade.

Nesse período houve um aumento dos alunos das escolas católicas, que já estavam no mercado e ofereciam, além de uma forte tradição, certa qualidade. Porém, com o aumento da procura, houve a necessidade de as escolas se adaptarem, ampliando seu espaço físico e contratando mais professores e outros profissionais, gerando, nas décadas de 1980 e 1990, uma alta significativa das mensalidades e uma grande instabilidade em relação às escolas e à comunidade, sendo acusadas inclusive de aumento abusivo de mensalidades, além da taxa da inflação, o que gerou novamente uma grande crise e uma imagem negativa dessas escolas. Foram acusadas de promover, através desses aumentos abusivos, o aumento da inflação, que toda sociedade brasileira estava empenhada em reduzir, provocando o fechamento de muitas escolas católicas, pela diminuição de alunos ou pela falta de uma gestão adaptada às novas exigências sociais, que esperavam um ensino de qualidade, sério, mas também aberto às solicitações e necessidades do mercado de trabalho e da sociedade.

O ano de 1982 foi um marco histórico no registro demográfico, com 3,7 milhões de nascimentos. Porém, a partir de 1983, juntamente com as dificuldades, ocorreu uma queda gradual e anual no número de nascimentos nas classes A e B, potenciais alunos das escolas privadas. Isto causou fortes impactos nas escolas católicas, pelo fato de ter, certamente com dificuldades e às vezes até com dívidas, aumentado seus espaços

físicos, que anos seguintes tornaram-se espaços ociosos, gerando gastos para sua manutenção e não tendo alunos para ocupá-los.

Atualmente, segundo pesquisa do MEC, as escolas católicas perderam 20% das matrículas. Em 2007 o número continuou o mesmo desde 1997: 1,2 milhão de alunos matriculados.<sup>23</sup>

De acordo com o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), em pesquisa encomendada pela ANAMEC, de 1996 a 2004 o número de alunos nas escolas católicas caiu 43,9%, ou seja, 400 mil alunos deixaram de ser matriculados, o que levou ao fechamento de cerca de oito escolas por ano no País.

Segundo dados do MEC, houve queda de 10% na quantidade de matrículas no ensino fundamental e de 5,5% nas matrículas das escolas particulares. Em 1996 eram 3,7 milhões de alunos, e em 2004 foram 3,3 milhões.

Tal diminuição se deveu principalmente a dois fatores: a taxa de natalidade e a concorrência, uma vez que apesar da diminuição da natalidade, desde os anos 90, neste período aumentou o número de estabelecimentos privados, tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

O Brasil é a maior nação católica do mundo, com 126 milhões de fiéis. Porém, outro dado considerável é que a porcentagem de católicos passa por mudanças significativas: em 1980, os católicos eram 89,2% da população; em 2000, no último censo do IBGE, apenas 73,8%, enquanto os evangélicos aumentaram: em 1980 eram 6,7% da população, e em 2000, 15,4%.

O Vaticano assegura com base nos dados estatísticos da BBC Brasil, que o número de católicos não tem diminuído no País: em 2005 eram 84,5%, ou seja, 155,6 milhões de católicos, e este número se manteve em 2007, quando o papa aqui esteve.

Outro fenômeno apontado pelo último censo é o aumento das pessoas que declararam não pertencer a nenhuma religião. Em 1980, 1,6% da população se declarava sem religião; em 2000, foram 7,3%, a saber, 12,5 milhões de pessoas, ficando em terceiro lugar, atrás das religiões católica e evangélica. Segundo a pesquisa, a maioria está entre os adolescentes de 16 a 20 anos e jovens adultos entre 21 e 30 anos.

Mais um aspecto expressivo é o número de outras escolas confessionais, como por exemplo as adventistas, que de acordo com as FONTES DA UNIÃO CENTRAL

---

<sup>23</sup> Dados provenientes da União Central Brasileira e Associação Nacional das Escolas Católicas.

BRASILEIRA tiveram um crescimento de 37% de 1997 a 2007, passando de 95 mil a 130 mil alunos.

Em relação às escolas católicas, em 2006 foi realizada uma pesquisa pela Associação das Mantenedoras das Escolas Católicas (ANAMEC), publicada no livro “Censo das escolas católicas”, que aponta:

Desde 1996 houve uma média de oito instituições católicas por ano que foram fechadas ou repassadas para outras instituições, o que corresponde a 72 instituições, representando uma retração de -5,1% de escolas de 1996 a 2005, conforme indica a tabela 1:

Tabela 1. Número total de escolas católicas segundo as grandes regiões  
1996/2004

<b>Região</b>	<b>1996</b>	<b>2004</b>	<b>Evolução %</b>
Norte	79	44	-44,30
Nordeste	339	284	-16,22
Sudeste	478	516	7,95
Sul	392	356	-9,18
Centro-Oeste	124	140	12,90
<b>Brasil</b>	<b>1412</b>	<b>1340</b>	<b>-5,10</b>

Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 2005.<sup>24</sup>

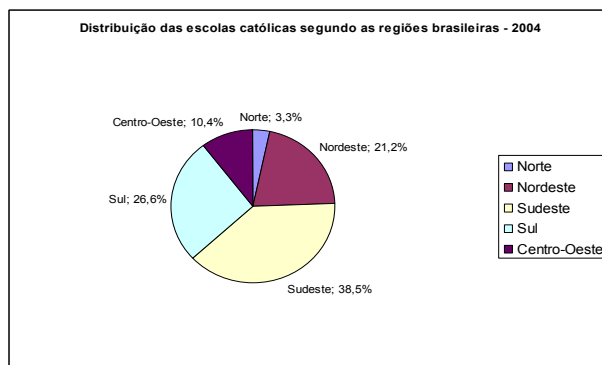
Houve uma queda de -8,3% na educação infantil e -29% no ensino fundamental e uma elevação no Ensino Médio de 8,9%.

Das escolas católicas no País, em 1996, 33,9% estavam na Região Sudeste; 27,8% na Região Sul; 24% na Região Nordeste; 8,8% na Região Centro-Oeste e 5,6% na Região Norte;

Em 2004 houve um aumento na Região Sudeste, passando para 38,5%, e no Centro-Oeste, passando para 10,4%, de acordo com o gráfico 6:

Gráfico 1. Distribuição das Escolas Católicas segundo as Regiões Brasileiras – 2004

<sup>24</sup> ANAMEC/CERIS. Censo das Escolas Católicas no Brasil. Bauru: EDUSC, 2006, p. 67.



Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 2005.<sup>25</sup>

O número de alunos matriculados em 1996 era de 902.569, e em 2004 foi de 506.298, representando uma queda de -43,8%, de acordo com o que mostra o gráfico 7:

Quanto ao número de escolas no ensino fundamental, de 1996 a 1999, enquanto as escolas católicas foram reduzidas em -8,7%, as escolas particulares cresceram 13,5%, e no ensino médio as escolas católicas foram reduzidas em -6% e as escolas particulares aumentaram 25, como indica a tabela 2:

Tabela 2. Variação percentual do número de escolas de ensino privado e católico 1996 a 1999

	<b>Escolas Católicas</b>	<b>Escolas Particulares</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	-8,7%	+13,5%
<b>Ensino Médio</b>	-6,0%	+25,0%

Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 1999.<sup>26</sup>

Quanto ao número de alunos no ensino fundamental neste mesmo período, enquanto as escolas católicas reduziram -14,1%, as escolas particulares também reduziram -11,6%, e no ensino médio, as escolas católicas reduziram -16,2% e as escolas particulares aumentaram 4,1%, conforme mostra a tabela 3:

Tabela 3. Variação percentual do número de alunos de ensino privado e católico 1996/1999

	<b>Escolas Católicas</b>	<b>Escolas Particulares</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	-14,1%	-11,6%

<sup>25</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 27.

**Ensino Médio** -16,2% +4,1%

Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 1999.<sup>27</sup>

Na distribuição das escolas católicas por regiões, tanto em 1996 como em 2004, a região que comporta o maior número de escolas – tanto em 1996 como em 2004, apesar da variação de percentuais, é a Região Sudeste, seguida pela Região Sul e em seguida pela Região Nordeste, depois a Região Centro-Oeste e por último a Região Norte.

Com referência aos educadores, o número de leigos sempre é maior: na creche são 81,15%, enquanto os religiosos são 18,95%; na educação infantil os leigos são 89,25%, enquanto os religiosos são 10,8%; no ensino fundamental os leigos são 93,45%, enquanto os religiosos são somente 6,45%. O maior número de educadores leigos está no ensino médio, com um índice de 94,9%, enquanto apenas 5,1% são religiosos, como aponta a tabela 4:

Tabela 4. Professores leigos e religiosos nas escolas católicas em 2004

Nível de ensino	Leigos	Religiosos	Total	%		Matrículas	Alunos por professor
				Leigos	Religiosos		
Creche	1506	351	18577	81,1	18,9	17168,0	9,2
Educação Infantil	4381	529	4910	89,2	10,8	61253,0	12,5
Ensino Fundamental	18305	1285	19590	93,4	6,4	286869,0	14,6
Ensino Médio	9016	480	9496	94,9	5,1	91689	9,7

Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 2005.<sup>28</sup>

No campo social, de acordo com a tabela 5, foram totalizadas 3.655 atividades realizadas por 474 escolas no País, o que corresponde a 51,75 das 916 escolas pesquisadas.

Tabela 5. Atividades sociais realizadas segundo a área de atuação e grandes Regiões Brasileiras – 2004

Área / Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação e Cidadania	20	165	347	303	51	886
Saúde	4	45	167	129	19	364
Produção e Geração de Renda	1	10	90	49	5	155

<sup>27</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 96.



**RELIGIÃO E SOCIEDADE NO BRASIL: O COLÉGIO PASSIONISTA SÃO PAULO DA CRUZ**  
**Cleomir Fatima De Brito, Alzira Lobo De Arruda Campos**

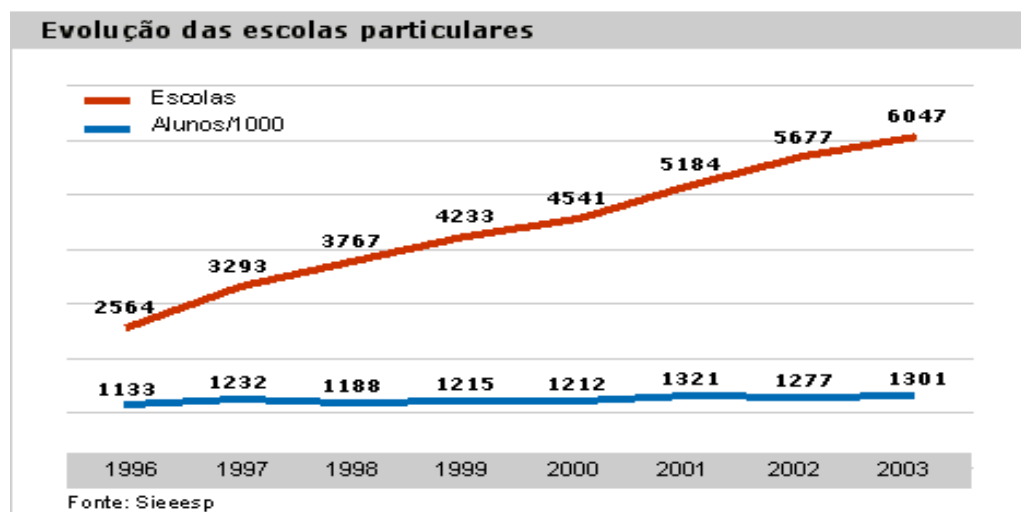
Atividades Distributivas	30	144	357	340	38	909
Assistência Social	7	40	96	75	14	232
Abrigo	1	15	32	16	8	72
Esporte / Cultura / Lazer	12	73	234	225	35	579
Meio Ambiente	5	29	126	104	20	284
Participação Sociopolítica	4	26	85	52	7	174
<b>Total de Atividades</b>	<b>84</b>	<b>547</b>	<b>1534</b>	<b>1293</b>	<b>197</b>	<b>3655</b>
<b>Total de Escolas com Atividades</b>	<b>13</b>	<b>86</b>	<b>193</b>	<b>151</b>	<b>31</b>	<b>474</b>

Fonte: Censo das Escolas Católicas no Brasil 2005.<sup>29</sup>

A atividade mais realizada pelas escolas católicas se encontra no campo das Atividades Distributivas, com 909 atividades, seguida pelas atividades ligadas à Educação e à Cidadania, com 886 atividades, e em terceiro lugar as ligadas ao Esporte, Cultura e Lazer, com 579 atividades realizadas.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 117.

Gráfico 2. Evolução das Escolas Particulares no Estado de São Paulo



Em pesquisas do IBGE, da Secretaria Estadual de Educação (SEE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), encomendadas pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEEESP), o número de escolas particulares cresceu, entre 1996 e 2003, 135,8%, enquanto o número de alunos, nestas mesmas escolas, subiu 14,8%. Somente entre 2002 e 2003 o número de escolas cresceu 6,52%, enquanto o de alunos, apenas 1,88%.

Ainda segundo uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas em 2005, a pedido da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), o número de escolas particulares, entre 1999 e 2004, no País, aumentou 19%, passando de 29,5 mil para 35,2 mil.

Ao contrário dos estabelecimentos particulares de ensino, o número de alunos, nesse mesmo período, foi de apenas 4,74%, caindo de 9,2% no total de alunos no ensino fundamental e no ensino médio, 17,2%, tendo como resultado a queda também no número de alunos por escola: se antes era de 192 alunos, em 2005 passou a ser de 174, demonstrando que ou as escolas se modernizam e se adaptam às novas exigências dos alunos, de suas famílias e da sociedade, ou haverá um fechamento delas dentro de aproximadamente dois anos. Outro dado determinante é que para cada escola de médio e grande portes que se fecha (com cerca de 1.000 alunos), abrem-se seis ou sete pequenas, que podem continuar se expandindo ou fechar, de acordo com sua capacidade de pôr em prática as necessidades citadas acima.

Algumas causas podem ser apontadas: abandono, por parte dos pais, da responsabilidade sobre a educação religiosa de seus filhos; falta de modernização das instituições e desqualificação dos seus dirigentes; diminuição gradativa dos religiosos para estar à frente e coordenar o trabalho, de acordo com os valores humanos, cristãos e cidadãos; falta de adaptação do projeto pedagógico a projetos atuais que valorizem a ciência, a tecnologia, a disciplina, os valores e o conteúdo programático, poucos leigos bem preparados para trabalhar nas escolas católicas, e ações governamentais e leis que regem o ensino privado-confessional, dificultando a realização das atividades e dando ênfase a extensivos relatórios e fiscalização, em detrimento do atendimento gratuito à camada mais carente da população.

Ao longo da história educacional do Brasil, a religião católica sempre esteve presente. Essa relação nem sempre foi tranqüila, sobretudo a partir do período republicano, quando ela deixou de ser a religião oficial do Estado:

A história da educação católica no Brasil confunde-se com a própria história da educação em nosso país, no período que vai do descobrimento à expulsão dos jesuítas, em 1759. A época da descoberta do Brasil vigorava em Portugal uma estreita união entre a Igreja e o Estado caracterizada pelo regime do padroado, pelo qual a Santa Sé outorgou à Coroa Portuguesa certo grau de controle da Igreja nacional. Devido a esta união e ao regime em vigor do padroado, pode-se dizer que a descoberta do Brasil se fez sob o signo da espada e da cruz.<sup>30</sup>

A presença da escola católica, malgrado as contradições, tensões, conflitos e tentativas de acertos foi, e em alguns aspectos e locais continua sendo, marcante para a atualidade brasileira, sobretudo no que diz respeito aos valores culturais e religiosos, contribuindo inclusive para o desenvolvimento social e econômico ou, em alguns momentos, para o retrocesso da sociedade.

Um dos conflitos encontrados nas duas últimas décadas, na relação entre o Estado e as escolas católicas confessionais, diz respeito à manutenção da filantropia, em

---

<sup>30</sup> MOURA, Laércio Dias de. *Op. cit.*, p. 19.

função de leis cada vez mais duras, dificultando a atenção e atendimento aos mais pobres, visto que as instituições não têm condições de manter as obras sem o apoio do governo.

Analisando esses resultados, pode-se perguntar se a escola católica, na atualidade, continua oferecendo, além da formação voltada para os valores, uma educação de excelência, como se viu em períodos anteriores, uma vez que esta educação não pode prescindir das características sociais de hoje, como afirma Hugo Assmann: “A educação só consegue bons ‘resultados’ quando se preocupa com gerar experiências de aprendizagem, criatividade para construir conhecimentos e habilidade para saber ‘acessar’ fontes de informação sobre os mais variados assuntos.”<sup>31</sup>

O autor lembra também que não é suficiente combater o analfabetismo de não saber ler e escrever. É necessário muito mais, para não correr o risco de ser uma escola retrógrada:

São três os analfabetismos por derrotar hoje: o da lecto-escritura (saber ler e escrever), o sócio-cultural (saber em que tipo de sociedade se vive, por exemplo, saber o que são mecanismos de mercado), e o tecnológico (saber interagir com máquinas complexas). Toda escola incompetente em algum desses aspectos é socialmente retrógrada.<sup>32</sup>

Philippe Perrenoud acentua que para lutar contra o fracasso é preciso mudar: “de identidade e de satisfações profissionais; a relação com a cooperação profissional; a relação com os saberes, a aprendizagem, o sentido; a relação com as pessoas e as famílias e a relação com a mudança.”<sup>33</sup>

Este é um trabalho conjunto, de equipe, e deve envolver toda a sociedade: “a luta contra o fracasso escolar só pode ser sistemática, coletiva, organizada em larga escala e tem de durar décadas.”<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007, p. 32.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> PERRENOUD, Philippe. *A Pedagogia na Escola das Diferenças*. Trad. Cláudia Schilling. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 194.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 206.

O papa Bento XVI, em visita ao Brasil, manifestou sua preocupação em relação às escolas católicas e à realidade sociopolítica e econômica da América Latina, solicitando aos bispos que dessem uma atenção especial a este setor:

Por se tratar de um continente de batizados, convém preencher a notável ausência no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada que sejam coerentes com as convicções éticas e religiosas.<sup>35</sup>

Como uma tentativa de ter mais expressão diante da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, no final de 2007 houve a fusão da Associação das Escolas Católicas (AEC), da Associação das Mantenedoras das Escolas Católicas (ANAMEC) e da Associação do Ensino Superior Católico (ABESC), formando uma nova entidade: A Associação Nacional das Escolas Católicas, a ANEC, que em março de 2008 congregava 370 mantenedoras de entidades educacionais e assistenciais, 18 universidades, 11 centros universitários, 16 faculdades, 1.400 escolas de ensino fundamental e médio, 1,2 milhão de alunos e 80 mil funcionários e professores.

O objetivo desta instituição, na visão da nova equipe de coordenação, constituída pelos coordenadores e presidentes das instituições citadas acima, foi “para auxiliar a educação católica no Brasil em todos os seus níveis e modalidades e para enfrentar os desafios que os tempos atuais apresentam.”<sup>36</sup>

João Paulo Nogueira, pesquisador e consultor de escolas privadas em São Paulo, que é o maior Estado em número de alunos e de escolas, recomenda às escolas que se adaptem às mudanças para não correr o risco da falência:

revejam seus modelos administrativos, porque as melhores práticas aplicadas dez anos atrás, hoje podem levar qualquer empresa, não só as escolas, mas hospitais ou comércio, à falência. A política fiscal e a moeda nacional mudaram desde

---

<sup>35</sup> Discurso do papa Bento XVI na abertura da Conferência de Aparecida, na Basílica de Aparecida do Norte, no dia 13 de maio de 2007.

<sup>36</sup> Texto de divulgação da ANEC encaminhado às entidades filiadas aos antigos grupos, em janeiro de 2008.

1994 e mudaram também, os hábitos da sociedade, com a tal velocidade atribuída à globalização.<sup>37</sup>

Irmão Afonso Murad aponta as dificuldades para a Igreja administrar suas obras não só a partir do idealismo, mas com profissionalismo:

O que se constata nas escolas católicas é uma grande generosidade. As pessoas à frente das instituições se identificam com seus valores e princípios. Enquanto as empresas gastam milhões para mobilizar seus funcionários, nas escolas isto é inerente e natural. (...) Instituições e percepções pessoais têm sido os parâmetros de gestão, nos quais os gestores são movidos por impulso e idéias momentâneas, calcadas em impressões imediatas e sem base científica, técnica, ou seja, sem análise de cenário e qualidade.<sup>38</sup>

Irmão Murad defende ainda que as instituições católicas deveriam ser um modelo de gestão, tendo presente o mercado atual e antecipando as necessidades do futuro:

Precisamos crescer para uma gestão profissional, não uma gestão que repita os padrões que visem o lucro, mas que visem eficiência em seus processos e, claro, resultados positivos e promissores como consequência natural. Princípios cristãos são valiosos na gestão dos processos, devendo servir de parâmetro para uma leitura de cenário e visão de futuro, análise de conjuntura, ou seja, que promova uma gestão estratégica, olhando as tendências de mercado e que se antecipe ao futuro.<sup>39</sup>

A solução que se aponta seria a gestão de acordo com as necessidades e urgências de hoje e qualificação das pessoas que trabalham nas escolas, em todos os

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida à revista *Paróquias*, ano 2, nº 10, janeiro-fevereiro de 2008.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> MURAD, Afonso. *Gestão e Espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2007.

níveis e esferas, para que possam responder a estas exigências e demandas sociais. Outra alternativa refere-se às redes integradas. Além disso, educar para utilizar as novas tecnologias, uma vez que os principais bens de consumo que fazem parte do sonho de crianças e adolescentes são os celulares e os computadores.

Na Carta aos Educadores, publicada por ocasião do 9º Encontro Nacional da Pastoral da Educação, em 2005, os educadores católicos expressam suas esperanças, propostas e inquietações sobre a ação da Igreja Católica no Brasil diante dos desafios da educação brasileira:

Marcado por altas taxas de evasão e repetência, pela desvalorização do professor e pela falta de infra-estrutura nas escolas, o Brasil tem um dos piores índices de rendimento escolar do mundo e uma grande quantidade de analfabetos e semi-analfabetos. As políticas públicas de educação não estão atingindo as necessidades da população mais pobre, nem auxiliando efetivamente o desenvolvimento social e econômico do país.

Todos nós, religiosos e leigos cristãos, assumimos com ardor missionário a grande tarefa de participar do esforço necessário para superar a condição crítica do panorama educacional do país. (...) A determinação consciente de nosso Episcopado nesse sentido faz-se necessária por ser a educação o elemento-chave para eliminar a miséria e a exclusão de grande parte da nossa população.

Urge, para uma ação organizada e eficiente, que a Igreja no Brasil se articule, através da Pastoral da Educação, com outras tantas pastorais, que buscam esse mesmo objetivo.

Destacamos a importância de a Pastoral da Educação atuar de forma organizada. Cada regional da CNBB deve constituir uma coordenação que contemple os leigos cristãos com um espaço privilegiado para que, com protagonismo e paixão, possam realizar seu papel de agentes transformadores.

A Pastoral da Educação voltará sua ação sobre a qualidade do ensino – prioritariamente o público, preocupando-se com os educadores que aí realizam seu ministério leigo.<sup>40</sup>

O resultado, o objetivo e as resoluções deste encontro foram chamar a atenção da Igreja Católica para a necessidade premente de engajar-se no esforço pela melhoria do sistema educacional brasileiro, estruturar em nível nacional a Pastoral da Educação e focar sua atenção junto a professores e alunos das escolas públicas.

Diante das pesquisas expostas, pode-se concluir que constituem papel da escola católica: comprometimento com as causas sociais; colocar a pessoa humana no centro de seu projeto; educar para a busca dos valores, para que as relações interpessoais sejam saudáveis e solidárias; para a cidadania; para os valores éticos; desenvolver a pastoral escolar para atender, dentre outras formas, os mais carentes; oferecer aulas de ensino religioso católico, mas também uma formação ecumênica e de diálogo inter-religioso, e oferecer excelência acadêmica.

Alguns desafios devem ser perseguidos pela escola católica, para que ela não continue perdendo mais ainda seus alunos por não responder às necessidades educacionais de hoje: resultado no vestibular X formação de valores humanos e cristãos; escola-empresa X missão educativa católica; exigências que a família faz em relação à ação da escola X o que a escola acredita ser o melhor para educar e criar um modelo de gestão eficaz.

Tendo presente e consciência do seu papel e dos desafios que são inerentes à missão de educar na atualidade, a escola católica pretende continuar a cumprir o seu papel, como esperam a Igreja e tantas famílias, que nela depositam a tarefa da educação de seus filhos.

### **Fontes**

Carta aos Educadores, publicada por ocasião do 9º Encontro Nacional da Pastoral da Educação, realizado no Rio de Janeiro, de 24 a 26 de junho de 2005.

ANAMEC/CERIS. Censo das Escolas Católicas no Brasil. Bauru: EDUSC, 2006.

---

<sup>40</sup> Carta aos Educadores, publicada por ocasião do 9º Encontro Nacional da Pastoral da Educação, realizado no Rio de Janeiro, de 24 a 26 de junho de 2005.



Norte, no dia 13 de maio de 2007.

Texto de divulgação da ANEC encaminhado às entidades filiadas aos antigos grupos,  
em janeiro de 2008.

MURAD, Afonso. *Gestão e Espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2007.

Discurso do papa Bento XVI na abertura da Conferência de Aparecida, na Basílica de  
Aparecida do Norte, no dia 13 de maio de 2007.

### **Bibliografia**

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência  
universal*. 4ª ed., Record: Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Severina Alves de. *Caminhos novos na Educação*. Brasília: FTD, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*. 2ª ed., Rio de  
Janeiro: Artenova, 1977.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A Igreja no início do século XX*. In: Brasil, 1900-1910.  
Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

PERRENOUD, Philippe. *A Pedagogia na Escola das Diferenças*. Trad. Cláudia  
Schilling. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2001.